



Conselho da
União Europeia

Bruxelas, 20 de março de 2023
(OR. en)

6525/1/23
REV 1

CO EUR-PREP 10
POLGEN 16
ECOFIN 157
SOC 118
EMPL 77
EDUC 57
COMPET 117
MI 121
ENV 146
ENER 81

NOTA

de: Secretariado-Geral do Conselho
para: Comité de Representantes Permanentes/Conselho

Assunto: Semestre Europeu de 2023
– Relatório de síntese

Junto se envia, à atenção das delegações, o relatório de síntese elaborado pela Presidência relativamente às conclusões adotadas pelo Conselho sobre a Análise Anual do Crescimento Sustentável para 2023, o Relatório sobre o Mecanismo de Alerta, o Relatório Conjunto sobre o Emprego e a Recomendação sobre a política económica da área do euro. Os debates conexos do Conselho realizados em diferentes formações do Conselho sobre o Semestre Europeu de 2023, durante a primeira fase do ciclo, estão também refletidos no documento.

Contexto

Em 22 de novembro de 2022, a Comissão adotou o "Pacote de outono" para o Semestre Europeu de 2023, que incluía:

- a Análise Anual do Crescimento Sustentável 2023¹, que define a estratégia em matéria de política económica e de emprego da UE, em consonância com as quatro dimensões da sustentabilidade competitiva;
- o Relatório sobre o Mecanismo de Alerta 2023², que recomendava que dezassete Estados-Membros fossem objeto de apreciações aprofundadas em 2023, para apurar e avaliar a gravidade de eventuais desequilíbrios macroeconómicos;
- a proposta de Relatório Conjunto sobre o Emprego³, que analisou a situação social e do emprego na Europa e destacou os domínios em que se registaram progressos e aqueles que requerem maiores esforços;
- a Recomendação de recomendação do Conselho sobre a política económica da área do euro (recomendação para a área do euro)⁴, para o período 2023-2024, que recomendava que os Estados-Membros da área do euro deveriam adotar medidas, a nível individual, nomeadamente através da implementação dos respetivos planos de recuperação e resiliência, e coletivamente, no âmbito do Eurogrupo.

A Análise Anual do Crescimento Sustentável define as prioridades em matéria de política económica e de emprego da UE para os 12 a 18 meses que se seguem à sua publicação. A perspetiva económica delineada na Análise Anual do Crescimento Sustentável baseava-se nas previsões económicas do outono apresentadas pela Comissão em novembro de 2022, que demonstravam que, após um primeiro semestre de 2022 forte, a economia da UE tinha entrado numa fase muito mais difícil.

¹ Doc. 15184/22

² Doc. 15189/22

³ Doc. 15076/22

⁴ Doc. 15180/22

Apesar do choque económico causado pela agressão da Rússia contra a Ucrânia, o crescimento do PIB na UE permaneceu robusto no primeiro semestre de 2022 e manteve-se positivo no terceiro trimestre. Os mercados de trabalho revelaram-se particularmente resilientes, com o desemprego a atingir um nível historicamente baixo e o emprego um nível historicamente alto.

A Análise Anual do Crescimento Sustentável definiu uma agenda de política económica destinada a atenuar os impactos negativos dos choques energéticos a curto prazo e a prosseguir os esforços para apoiar um crescimento sustentável e inclusivo e aumentar a resiliência a médio prazo, mantendo simultaneamente uma certa flexibilidade para enfrentar novos desafios.

Em 17 de janeiro de 2023, o Conselho ECOFIN aprovou **conclusões sobre a Análise Anual do Crescimento Sustentável 2023**⁵. Os ministros reconheceram que a economia e a sociedade da UE enfrentam múltiplos desafios económicos, sociais e geopolíticos resultantes da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia. Reconheceram também que os preços historicamente altos da energia, as elevadas taxas de inflação, as situações de escassez da oferta, o aumento dos níveis de endividamento e o aumento do custo dos empréstimos estavam a afetar fortemente muitos agregados familiares e empresas da UE, o que exige uma ação política rápida, direcionada e coordenada a nível nacional e da UE.

De um modo geral, o Conselho concordou que as prioridades económicas delineadas na Análise Anual do Crescimento Sustentável e as quatro dimensões da sustentabilidade competitiva – sustentabilidade ambiental, produtividade, equidade e estabilidade macroeconómica – continuam a orientar a coordenação das políticas económicas, orçamentais e de emprego da UE. Reconheceu-se a necessidade de salvaguardar a estabilidade económica, orçamental e financeira e de corrigir os desequilíbrios macroeconómicos. As medidas estratégicas deverão favorecer um crescimento equitativo, inclusivo, resiliente e sustentável. Essas medidas deverão também contribuir para acelerar a transição ecológica e digital e para reforçar a segurança energética, em consonância com os objetivos climáticos e ambientais da UE a médio e longo prazo.

⁵ Doc. 5125/23

Relativamente a 2023, o Conselho tomou nota de que o Semestre Europeu e a execução dos planos de recuperação e resiliência deverão continuar a enquadrar a coordenação das políticas da UE. A intenção da Comissão de apresentar uma panorâmica exaustiva dos desafios económicos e sociais em cada Estado-Membro, incluindo um acompanhamento atento dos riscos emergentes, foi saudada, tendo sido sublinhada a importância de continuar a aplicar o procedimento relativo aos desequilíbrios macroeconómicos para corrigir esses desequilíbrios. No entanto, o Conselho apelou a que o Semestre Europeu se mantivesse centrado principalmente nas políticas económicas, orçamentais e de emprego, incluindo as políticas pertinentes para a transição ecológica e digital, e a que se evitassem duplicações e sobreposições entre as várias vertentes do trabalho de supervisão, sem deixar de assegurar a complementaridade.

Nas suas conclusões de 17 de janeiro de 2023, relativas ao **Relatório sobre o Mecanismo de Alerta de 2023**⁶, o Conselho ECOFIN congratulou-se com a análise constante do documento, que marcou o início do décimo segundo ciclo anual do procedimento relativo aos desequilíbrios macroeconómicos, na UE e na área do euro.

Os ministros registaram a intenção da Comissão de realizar apreciações aprofundadas relativas aos dez Estados-Membros que apresentaram desequilíbrios ou desequilíbrios excessivos em 2022, bem como a outros sete Estados-Membros com riscos específicos de novos desequilíbrios emergentes.

O Conselho sublinhou que a prevenção e correção dos desequilíbrios macroeconómicos reforçam a capacidade de resposta dos Estados-Membros aos choques e apoiam a convergência económica. A redução de todos os desequilíbrios tem repercussões positivas em toda a área do euro e em toda a UE.

⁶ Doc. 5124/23

No **projeto de recomendação do Conselho de 2023 sobre a política económica da área do euro**⁷, recomendou-se aos Estados-Membros que adotassem medidas, a nível individual, através da implementação dos respetivos planos de recuperação e resiliência, e coletivamente, no âmbito do Eurogrupo, durante o período de 2023 a 2024. As economias da área do euro deverão manter o elevado nível de investimento público e promover os investimentos privados, que são necessários para promover a resiliência económica e social e apoiar a transição ecológica e digital, incluindo uma maior eficiência energética e a transição para fontes de energia renováveis. Deverão executar os programas da política de coesão e os planos de recuperação e resiliência, assegurando a realização atempada das reformas e investimentos, e garantir que as atualizações dos planos sejam bem orientadas, tendo em conta a evolução da situação económica, mas sem reduzir a ambição global.

No que diz respeito aos aspetos sociais do projeto de recomendação sobre a política económica da área do euro⁸, os Estados-Membros foram incentivados a agir em conformidade com as práticas nacionais e respeitando o papel dos parceiros sociais, a apoiar uma evolução salarial que atenua a perda de poder de compra dos trabalhadores, nomeadamente dos que têm baixos rendimentos, refletindo a evolução da produtividade a médio prazo e limitando os efeitos de segunda ordem sobre a inflação. É necessário tomar medidas para desenvolver e adaptar, sempre que necessário, sistemas de apoio social para ajudar as famílias mais vulneráveis a fazer face ao choque energético e à transição ecológica e digital, prestando atenção ao agravamento do risco de pobreza. Os Estados-Membros da área do euro devem continuar a melhorar as políticas ativas do mercado do trabalho e adotar medidas para fazer face à escassez de competências e promover o emprego de qualidade.

A recomendação será adotada após a aprovação pelo Conselho Europeu de 23 e 24 de março de 2023.

⁷ Doc. 5041/23

⁸ Doc. 5278/23

Em 13 de março de 2023, o Conselho EPSCO adotou o **Relatório Conjunto sobre o Emprego 2023**⁹, que forneceu uma panorâmica anual das principais evoluções em matéria social e de emprego na União Europeia, bem como das medidas políticas recentemente adotadas pelos Estados-Membros em consonância com as orientações para as políticas de emprego dos Estados-Membros.

Na mesma reunião, o Conselho aprovou **conclusões sobre a Análise Anual do Crescimento Sustentável para 2023 e o Relatório Conjunto sobre o Emprego**¹⁰, nas quais exortou os Estados-Membros a refletirem as prioridades e as conclusões de ambos os documentos nos seus Programas Nacionais de Reformas e a intensificarem a aplicação dos princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais para alcançar as grandes metas da UE e as metas nacionais para 2030. O Conselho exortou os Estados-Membros a melhorarem a adequação e a sustentabilidade dos sistemas de proteção social para todos, a fim de impulsionar a resiliência económica e social, tendo em conta a diminuição da população ativa resultante da evolução demográfica.

Os Estados-Membros deverão envolver sistematicamente os parceiros sociais, a sociedade civil e outras partes interessadas de forma atempada e significativa em todas as fases dos ciclos do Semestre Europeu e da elaboração de políticas, uma vez que tal é fundamental para o êxito da coordenação e execução das políticas económica, social e de emprego.

Os ministros incentivaram a Comissão a acompanhar os aspetos da transição ecológica e digital relacionados com questões sociais, de emprego e de competências no âmbito do Semestre Europeu, na expectativa da atualização dos planos nacionais em matéria de energia e clima.

⁹ Doc. 6059/23

¹⁰ Doc. 6681/23

Trocas de pontos de vista e debate de orientação

Em 6 de dezembro de 2022, o Conselho ECOFIN realizou uma troca de pontos de vista sobre três elementos do pacote de outono: a Análise Anual do Crescimento Sustentável, que define as prioridades em matéria de política económica e de emprego da UE para um período de 12 a 18 meses, o Relatório sobre o Mecanismo de Alerta, que marcou o início do ciclo anual do procedimento relativo aos desequilíbrios macroeconómicos, e a Recomendação de recomendação do Conselho sobre a política económica da área do euro, que contém recomendações dirigidas aos Estados-Membros da área do euro sobre políticas que afetam o funcionamento da área do euro no seu conjunto. Os respetivos documentos foram aprovados pelo Conselho ECOFIN, em 17 de janeiro de 2023.

Em 8 de dezembro de 2022, o Conselho EPSCO realizou um debate de orientação sobre o Semestre Europeu, na sequência da apresentação do pacote de outono pela Comissão. Os ministros manifestaram-se globalmente satisfeitos com o pacote de outono, considerando que as suas prioridades e desafios são pertinentes e válidos. Os ministros apelaram a que se encontrasse um equilíbrio entre os desafios a médio e a longo prazo, apoiando simultaneamente os grupos que se encontram temporariamente vulneráveis devido ao aumento do custo de vida resultante da elevada inflação e dos elevados custos da energia. Os ministros consideraram que a formação e a aprendizagem, como a melhoria de competências e a requalificação, são instrumentos necessários para colmatar o fosso entre a escassez de mão de obra e o desemprego. Salientaram a importância crucial dos aspetos relacionados com o emprego e a política social no Semestre Europeu.

Durante a troca de pontos de vista realizada em 13 de março de 2023, os ministros do Conselho EPSCO concentraram-se na competitividade e nas competências. Os ministros consideraram que a competitividade é imprescindível para se alcançar uma resiliência económica sustentável e prosperidade, bem como o bem-estar social. Além disso, facilitará a transição ecológica e digital através da criação de oportunidades para as empresas e os cidadãos. Os ministros consideraram que a futura competitividade das economias europeias depende do conjunto de competências que os trabalhadores europeus possuem, uma vez que baixos níveis de competências digitais podem prejudicar o crescimento da produtividade e ampliar o fosso digital que conduz a desigualdades. As competências são fundamentais para concretizar a ambição da UE de alcançar a neutralidade climática até 2050 e aproveitar as oportunidades da década digital, sem deixar ninguém para trás.

No Conselho (Ambiente) de 16 de março de 2023, os ministros destacaram a necessidade de continuar a explorar os benefícios socioeconómicos da sustentabilidade ambiental, pese embora os importantes desafios económicos, sociais e orçamentais resultantes da agressão da Rússia contra a Ucrânia. Os ministros abordaram os facilitadores económicos transversais que podem contribuir para acelerar a transição para sistemas de consumo e produção sustentáveis, combater a perda de biodiversidade e promover o crescimento económico. Neste contexto, os ministros sublinharam que a correção do défice de investimento no ambiente, a promoção da ecologização do orçamento e a abolição progressiva das subvenções aos combustíveis fósseis e de outras subvenções prejudiciais podem desempenhar um papel crucial na facilitação de transições sistémicas sustentáveis. Os ministros salientaram igualmente que o Semestre Europeu tem de continuar a ser um processo transparente e, a este respeito, assinalaram a importância do conhecimento e da disponibilidade de dados fiáveis como facilitadores essenciais da transição ecológica.

Reconhecendo a dimensão parlamentar do Semestre Europeu, a Presidência coorganizou com o Parlamento Europeu a semana parlamentar do Semestre Europeu de 2023¹¹ (27-28 de fevereiro de 2023), dedicada à governação económica da UE numa perspetiva parlamentar, e participou no debate conjunto do Parlamento Europeu sobre o Semestre Europeu (14 de março de 2023).

¹¹ [Ordem do dia – Semana Parlamentar Europeia 2023_14.02.pdf \(europa.eu\)](#)